

Atuação das Forças Armadas

TCU mira generais e diz que Exército tem falhas no controle de armas

Auditores da Corte veem descumprimento de determinações técnicas; Força sustenta que atua com legalidade

VINÍCIUS VALFRE
BRASÍLIA

Relatório produzido por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que o Exército vem descumprindo reiteradamente determinações da Corte para aprimoramento do controle de armas de fogo e munições. Segundo parecer técnico da Diretoria de Fiscalização da Defesa Nacional, a conduta dos militares tem levado à desobediência de obrigações impostas pelo órgão de

controle, ao descumprimento da legislação e, ainda, provocando prejuízo à política pública de controle de armamentos.

Por isso, a área técnica do TCU quer ter acesso a uma lista com nome completo e CPF dos últimos chefes da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército para individualizar responsabilidades, caso confirmada a “irregularidade considerada erro grosseiro”.

A chefia dessa diretoria é usualmente ocupada por generais de brigada ou de divisão. Em nota, o Exército informou que não se manifesta sobre apurações de outros órgãos, mas pontuou que respeita todas as imposições e que pauta sua atuação na “legalidade e transparência”.

É a primeira vez que apura-

ções sobre o descontrole na fiscalização de armas começam a mirar condutas individuais de militares responsáveis pelos sistemas. Está sob responsabilidade do Exército a gestão dos CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores de Armas), que hoje são cerca de 890 mil.

O parecer técnico está incluído em um processo que tramita sob a relatoria do ministro substituto Marcos Bemquerer para averiguar o cumprimento de uma decisão do TCU de 2017. O relator pode levar o tema diretamente para julgamento do plenário ou solicitar análises adicionais à unidade técnica. Não há prazo para votação, segundo o TCU.

COBRANÇAS. De 2017 para cá, a Corte tem acompanhado e cobrado a adoção de medidas pela Força Armada para aperfeiçoamento do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC). Uma parte delas foi atendida, mas outras seguem em aberto. Em alguns casos, segundo os técnicos, as providências foram deixadas de lado. Esse processo de monitoramento de medidas está atrelado a um outro, no qual foi realizada a auditoria, revelada pelo **Estadão**, que mostrou o descontrole no sistema de gestão de armas do

Exército entre 2019 e 2022. A auditoria, concluída em novembro de 2023, foi o mais completo raio-x da atuação dos militares nessa área e é citada como um dos elementos que indicam o descumprimento de obrigações.

Entre os achados do estudo estão a liberação de registros de CACs para mais de 5,2 mil condenados por crimes como tráfico de drogas, roubo e homicídio, o que é vedado pela

‘Individualização’

Área técnica do órgão quer acesso ao nome completo e ao CPF dos últimos chefes de Diretoria militar

lei, e o fato de 94 pessoas mortas aparecerem como compradoras de 16.669 munições. A criação de um sistema para gestão da venda de munições era uma das obrigações assumidas pelo Exército com o TCU.

“O controle de venda de munições, todavia, nunca foi desenvolvido pelo Exército”, diz o parecer. “Como consequência, foi prejudicada a política pública de controle de armas e munições, diante da ausência de dados confiáveis a respeito do comércio e estocagem de munições, bem como das ativi-

dades fiscalizatórias realizadas pelo Exército, com implicações significativas para a eficiência, a transparência e a tomada de decisões.”

Conforme a auditoria, o atual Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (Sicovem) foi desenvolvido e é gerido por uma empresa privada, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). Além do “potencial conflito de interesses”, não há instrumento jurídico formalizado entre as partes regendo essa relação.

‘BAIXA QUALIDADE’. Esse sistema também tem problemas de “baixa qualidade e confiabilidade” dos dados, segundo a auditoria. Os registros anteriores a 2018, por exemplo, não contavam com o CPF dos compradores. Dos posteriores, 32,58% informavam Certificados de Registro (CR) — uma espécie de “carteirinha” do CAC — inexistente na base de dados geral de CACs, mantida pelo Exército.

“O que se verifica é que o Comando do Exército, apesar de ter apresentado em 2018 um plano de ação para implementação de sistema informatizado, não deu continuidade à implantação do módulo relativo aos processos de fiscalização”, diz a análise técnica. ●



ÁGUA, MALTE, LÚPULO E OURO.

EISENBAHN PILSEN  É OURO NO WORLD BEER AWARDS.



APRÉZIO COM MODERACÃO

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PressReader.com +1 800 278 8604
Circulation Information (Circulation Department)

pressreader